

Plano de Atividades e Orçamento 2019

ÍNDICE

1. O CONTEXTO DA LPN EM 2019	2
2. A AGENDA 2030 E O REPOSICIONAMENTO DA LPN	3
3. CIDADANIA AMBIENTAL, PARTICIPAÇÃO ATIVA E COMUNICAÇÃO DE CIÊNCIA, ODS 4	4
3.1. ENQUADRAMENTO GERAL	4
3.2. O CENTRO DE SENSIBILIZAÇÃO, EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO AMBIENTAL (SEFA)	4
3.3. O CENTRO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DO VALE GONÇALINHO (CEAVG).....	11
4. CONSERVAÇÃO DA VIDA TERRESTRE, ODS 15, 11 e 17	12
4.1. ESTRATÉGIA DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA DA LPN	12
4.2. OS SISTEMAS AGRO-SILVO-PASTORIS DE ELEVADO VALOR NATURAL	13
4.2.1. A ESTEPE CEREALÍFERA E A RESERVA DA BIOSFERA DE CASTRO VERDE	13
4.2.2. O MONTADO E OS OLIVAIIS TRADICIONAIS.....	16
4.2.3. OS LAMEIROS E OS PRADOS DE MONTANHA	17
4.2.4. OS FRAGMENTOS DE FLORESTA NATIVA E A ECOLOGIA DO FOGO	17
4.3. GRANDES PROJETOS DE CONSERVAÇÃO ATIVA EM CURSO	19
4.4. TURISMO DE NATUREZA E ECOTURISMO	20
5. CONSERVAÇÃO DAS ZONAS HÚMIDAS, ODS 6.....	21
6. CONSERVAÇÃO DA GEODIVERSIDADE	23
7. CONSERVAÇÃO DA VIDA MARINHA, ODS 14 e 12.....	24
8. MELHOR REALIZAÇÃO DO DIREITO DO AMBIENTE, ODS 16.....	28
9. COMUNICAÇÃO, PARTICIPAÇÃO E GRUPOS DE TRABALHO	29
10. NÚCLEOS.....	30
11. PROPOSTA DE ORÇAMENTO PARA 2019, ODS 8	31

1. O CONTEXTO DA LPN EM 2019

A Missão da Liga é “a de contribuir para que a Sociedade conserve o Ambiente, conciliando as especificidades sociais e culturais com a preservação da Biodiversidade e com o uso sustentável dos recursos naturais”, como se arvora no pórtico dos seus Estatutos. Considerando o contexto actual, ambiental e socioeconómico em que vivemos, e tomando em consideração que o objectivo de uma Direcção Nacional é o de manter a atividade da LPN necessária ao cumprimento da Missão desta associação, pretende-se promover todas as iniciativas, nascidas ou não no âmbito da Associação, que propugnem uma atividade eficaz e duradoura na promoção da reaproximação entre o Homem e essa fina camada fugaz, que é a Biosfera, hoje tão divulgada pela Convenção para a Biodiversidade.

A Liga para a Protecção da Natureza, fundada em 1948, tem 70 anos de vida. Nasceu pelos erros de sustentabilidade no nosso desenvolvimento. Desflorestação, Desertificação, extinção de espécies etc. A LPN é uma Associação de Conservação da Natureza. As políticas ambientais e de conservação da natureza requerem uma cada vez maior participação das associações de ambiente nos processos de decisão. Ciente da importância da atividade de conservação ativa e da divulgação da biodiversidade, a LPN desenvolve todos os esforços para prosseguir a sua missão.

Será que agora, em 2019, se torna imprescindível o aparecimento de outro poeta a gritar: «SOCORRO! SOCORRO!»? De facto, hoje assiste-se a igual atitude irresponsável com destruições da Natureza e do património comum, como:

- a especulação imobiliária;
- a necessidade de auto-suficiência energética, de energias “ditas” renováveis;
- os casos do Sabor, do Tua, da mortandade dos sobreiros, da perda dos solos de boa qualidade, do Sudoeste Alentejano, do Alqueva, do abandono da nossa agricultura de qualidade, a erosão da Rede Natura 2000, o Ordenamento do Território incorreto, as inundações, os fogos, a lista é longa.

Participámos e continuamos a participar activamente na criação e gestão de zonas protegidas tais como como o Parque Nacional da Peneda-Gerês, os Parques Naturais da Arrábida, o parque marinho Luís Saldanha, o parque Natural de Sintra Cascais, do Estuário do Sado, da Serra da Malcata, do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina (Life Charcos), participamos no Combate à Desertificação, etc .

Mas em especial na gestão da ZPE de Castro Verde.

Há um historial de atribuição de prémios e condecorações à LPN - mas porquê todos estes prémios incidindo sobre a nossa actividade em Castro Verde e nas Estepes Cerealíferas? Porque ali conseguimos com a aquisição das propriedades em dimensão suficiente e com pessoal competente e capaz, desenvolver projectos integrados desde:

- a conservação de espécies em Risco (Projetos LIFE);
- a conservação do solo e da água – Projectos de combate à desertificação – com sistemas culturais (AGRO 140 com a direcção do Professor Ário Lobo de Azevedo);
- sistemas de poupança de energia e de energias renováveis e sumidouro de carbono;
- com a formação, a extensão e a demonstração para os agricultores.

O Mais Importante foi a integração de equipas de especialistas com diferentes competências, para a conservação do património natural e a sustentabilidade dos sistemas agrícolas de Elevado Valor Natural, dando o papel central ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 17: *parcerias para a implementação de objetivos*.

2. A AGENDA 2030 E O REPOSICIONAMENTO DA LPN

Com 70 anos de existência, a LPN tem sabido adaptar-se a diferentes tempos e, correspondentemente, diferentes desafios, que exigem diferentes abordagens às formas, linguagens e processos de intervenção.

Se em determinadas fases do seu longo historial foi a própria Liga a definir a agenda ambiental por omissão da mesma a nível social e político no panorama nacional, a realidade actual é substancialmente diferente.

Num contexto de consciência ambiental generalizadamente mais alargado – ainda que sem equivalente reflexo em termos de acção – e de um discurso político organizado em torno de objectivos concretos e, em alguns casos, quantificados e mensuráveis, a Liga deve assumir-se como parceiro activo e de referência para a prossecução dessas metas.

Um dos principais recursos da LPN – e também uma das suas maiores responsabilidades – é a sua dimensão institucional, construída e cimentada ao longo de 70 anos de coerência, isenção e rigor científico nas suas tomadas de posição. Essa dimensão, que torna a LPN uma referência nacional em matérias de ambiente, é hoje tão importante como foi no passado. Por isso mesmo, importa compatibilizar e honrar os pergaminhos da Liga na defesa dos valores que estão inscritos na sua matriz de fundação, os seus estatutos, percebendo no entanto a expressão contemporânea desse exercício.

Nesse sentido, parte significativa da agenda ambiental nacional organiza-se em torno dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas, esforço partilhado com a comunidade internacional. No entanto, não podem ser esquecidas outras questões que, embora muitas vezes localizadas, são aquelas que afectam e condicionam de forma mais directa e urgente as pessoas, os seus comportamentos, a sua percepção e a sua consciência.

Para esse objectivo interno da LPN, que tem em vista um outro, mais amplo e externo, entende-se necessária uma reestruturação da organização interventiva da Liga, num modelo que, umbilicalmente ligado aos fins primordiais consagrados no art. 3.º dos Estatutos, cubra diferentes áreas de atuação:

a) Fomentar o interesse pela Natureza e pelas Ciências que lhe respeitem, através da informação e formação da opinião pública;	COMUNICAÇÃO PARTICIPAÇÃO
b) Divulgar, sobretudo entre os jovens, a ideia da Conservação da Natureza e da Defesa do Património no seu sentido mais lato;	CIDADANIA AMBIENTAL/ S.E.F.A.
c) Impedir a delapidação e a destruição dos meios naturais, ou seus elementos, e do património cultural;	PARTICIPAÇÃO
d) Promover a protecção e valorização dos sítios e das paisagens, designadamente de iniciativas no âmbito do Turismo da Natureza, entre outros;	CONSERVAÇÃO ECOTURISMO
e) Participar no ordenamento e planeamento do território;	TERRITÓRIO E PAISAGEM
f) Apoiar moral e materialmente o estudo científico da Natureza;	CIDADANIA AMBIENTAL/ COMUNICAÇÃO DE CIÊNCIA
g) Colaborar com organismos congéneres e entidades oficiais do país e do estrangeiro;	PARTICIPAÇÃO
h) Contribuir para a divulgação das modernas técnicas de combate à degradação do ambiente por agentes industriais, urbanos e outros;	COMUNICAÇÃO
i) Adquirir e gerir áreas com vista à Protecção da Natureza.	CONSERVAÇÃO ATIVA

3. CIDADANIA AMBIENTAL, PARTICIPAÇÃO ATIVA E COMUNICAÇÃO DE CIÊNCIA, ODS 4



3.1. ENQUADRAMENTO GERAL

As questões de Educação Ambiental (EA) emergem em 1975 com a Conferência de Belgrado organizado pela Unesco e pelo Programa das Nações Unidas para o Ambiente (PNUMA), que aprova a Carta de Belgrado (1975), documento conceptual de referência no âmbito da EA, apresentando os seguintes princípios diretivos para programas desta matéria:

- “A EA deve considerar o Ambiente na sua globalidade, natural criado pelo homem, ecológico, político, económico, tecnológico, social, legislativo, cultural e estético;
- A EA deve ser um processo contínuo, ao longo da vida, tanto escolar como extraescolar;
- A EA deve adotar uma abordagem interdisciplinar;
- A EA deve sublinhar a importância duma participação ativa na prevenção e na solução dos problemas postos pelo Ambiente;
- A EA deve perspetivar as questões ambientais mundiais, respeitando, no entanto, as diferenças regionais;
- A EA deve considerar as questões de desenvolvimento e de crescimento, do ponto de vista do Ambiente;
- A EA deve insistir na necessidade duma cooperação local, nacional e internacional para ir ao encontro dos problemas do Ambiente.”

(DGE, 2017; Agência Portuguesa do Ambiente (APA), 2016).

A EA visa aumentar o conhecimento e a consciência dos cidadãos sobre as problemáticas ambientais, estimulando o pensamento crítico e contribuindo para tomada de decisões conscientes em relação a estas temáticas, indo além do mero processo de Informação Ambiental, que apenas fornece factos e opiniões acerca dos problemas ambientais.

Hoje, a EA deve ser um processo contínuo e compreensivo, permitindo uma interpretação integrada do Ambiente, e que se incorpore na vida dos cidadãos no complexo sociedade-ambiente e das consequências das suas atividades nos ecossistemas.

A EA na LPN, para além da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável, segue o atual enquadramento pautando-se pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e pela Agenda 2030, como elementos centrais no estabelecimento das estratégias e atividades.

3.2. O CENTRO DE SENSIBILIZAÇÃO, EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO AMBIENTAL (SEFA)

Educação Ambiental

Projeto Natureza para todos

O projeto “Natureza para todos”, criado no âmbito da iniciativa Apoio a uma Nova Cultura Ambiental, do Fundo Ambiental, é um projeto agregador de capacitação e sensibilização da sociedade para o conhecimento e valorização da Natureza. Este projeto é dirigido a toda a comunidade escolar, alunos e professores, e ao cidadão comum, integrando ainda o cidadão portador de deficiências físicas.

Objetivos específicos para 2019: Durante o ano letivo 2018/2019 pretende-se dar continuidade ao trabalho desenvolvido no arranque do projeto, continuando a desenvolver ações de sensibilização com adultos e cidadãos portadores de deficiência física sobre a Natureza, a promover saídas de campo para alunos e público geral e ainda a capacitar os professores com formação contínua sobre a natureza, educação ambiental e saídas de campo.

Projeto Despertar para a Natureza

O projeto Despertar para a Natureza é um projeto de educação ambiental dirigido às escolas do 2º e 3º ciclo do Ensino Básico. Este projeto pretende despertar o interesse dos alunos para com a Natureza, através da promoção de saídas de campo e atividades ao ar livre, o que facilita a aprendizagem, o interesse, a compreensão e a aquisição de novas competências, sendo mesmo para muitos alunos, uma oportunidade de contacto com a natureza, o campo e o ambiente. Este projeto reforça o apoio aos professores e instituição de ensino na concepção de saídas de campo, desde a informação científica, à sugestão de atividades e percursos de carácter lúdico-pedagógico.

Objetivos específicos para 2019: Espera-se uma maior abrangência de escolas ao projeto, a promoção do projeto a nível nacional, assim com uma maior rede de apoio e de *networking*.

Projecto ECOs-Locais

O ECOs-Locais é um projeto de educação e cidadania ambiental, de âmbito nacional, que atua a nível local. Pretende incentivar uma participação mais ativa e informada do cidadão comum (jovens e adultos) na sociedade, contribuindo para uma maior sensibilização e participação na prevenção e resolução dos problemas ambientais.

Objetivos específicos para 2019: pretende-se dinamizar e divulgar o projeto pela sociedade, dinamizando-se várias ECO-Ações abertas ao público em geral, tal como atualizar e melhorar os conteúdos do site, angariar apoios para a continuação do projeto e colaborar com instituições parceiras no alargamento do âmbito de atuação do projeto.

Programa de Educação Ambiental para escolas

Em 2019 a LPN terá, por ano letivo, um Programa Educação Ambiental (PEA), dedicado a áreas temáticas específicas, onde as escolas podem inscrever-se e participar, conforme o interesse e o objetivo delineado para cada nível de ensino. Em paralelo será criado um trabalho de sensibilização junto dos professores de acordo com o PEA e com as várias atividades de educação ambiental promovidas ao longo dos projetos.

Objetivos específicos para 2019: pretende-se dinamizar e divulgar as atividades junto do maior número de instituições de ensino e de associações de pais, procurando sempre que possível apoio junto das autarquias locais.

Projeto EVOA – Espaço de Visitação e Observação de Aves

O EVOA tem por base uma parceria entre a Companhia das Lezírias, a LPN, a Associação de Beneficiários da Lezíria Grande de Vila Franca de Xira, o ICNB/Reserva Natural do Estuário do Tejo e a Aquaves. O objetivo do projeto é salvaguardar os seus valores avifaunísticos, melhorar as suas condições de visitaçao e criar um modelo auto-sustentável para a conservação da natureza.

Objetivos específicos para 2019: a LPN pretende participar e acompanhar ativamente, através da parceria, todo o desenvolvimento do projeto EVOA, tal como dinamizar e promover eventuais atividades em cooperação com o mesmo.

Colaboração com Fundação Benfica – projetos educativos

No âmbito do protocolo com a Fundação Benfica, assinado em Novembro de 2015, a LPN irá apoiar na integração da Educação Ambiental nos projetos educativos da Fundação Benfica, incentivando a conservação da natureza e proteção do Ambiente.

Colaboração com outras entidades

Espera-se que em 2019 haja uma colaboração com várias entidades do setor público e privado, focando várias áreas temáticas de importante relevância como a Água, Floresta, Solo, Cidadania. Espera-se uma colaboração com a EPAL, várias autarquias (Lisboa, Loures, Amadora, Sesimbra, Setúbal, entre outras) e outras ONG, no sentido de desenvolver ações e projetos de educação ambiental

Sensibilização Ambiental

Debates e Seminários

Os debates e os seminários são uma das principais formas de promoção da sensibilização ambiental, onde se incentiva a participação pública nas várias questões ambientais. Para 2019 pretende-se a promoção de novos ciclos de debate em parcerias com outras entidades, sejam empresas, autarquias ou instituições de ensino onde se foquem temas considerados estratégicos e de relevância que surjam ao longo do ano.

Ações de sensibilização

Em 2019 serão realizadas atividades pontuais de Sensibilização Ambiental, com a participação de alguns técnicos e voluntários da LPN, como a comemoração de dias temáticos, convites de escolas e entidades e divulgação do trabalho da LPN. Sempre que possível, será assegurada a participação em feiras e festivais que foquem temáticas associadas ao trabalho da LPN.

Atividades: Ciência Viva no Verão

A LPN, à semelhança dos últimos anos, pretende, em 2019, voltar a participar com a realização de algumas atividades no âmbito da Biologia no Verão, abertas ao público em diversos locais.

Centro de Formação Ambiental - LPN

A LPN é uma entidade formadora certificada pela DGERT (Direção-geral do Emprego e das Relações de Trabalho) em três áreas de formação estabelecidas pela CNAEF (Classificação Nacional de Áreas de Educação e Formação), 623 – Silvicultura e Caça; 852 – Ambientes Naturais e Vida Selvagem e 859 – Proteção do Ambiente (programas não classificados noutra área de formação). Toda a formação da LPN é apresentada anualmente no Plano Formativo LPN (em anexo), onde se integram não só os cursos formativos certificados, mas também workshops e ações de curta e longa duração creditadas para professores. A LPN oferece três modalidades de atividades formativas:

- Cursos formativos certificados pela DGERT;
- Cursos de Formação Contínua para professores acreditados pelo CCPFC;
- Workshops.

MODALIDADE	TEMA	CÓDIGO	DURAÇÃO	LOCAL	FORMADOR
Cursos Formativos Certificados pela DGERT	Sustentabilidade e eficiência Energética	SEE	15H	LPN	Rui Borges
	Rede Natura 2000 em Portugal	RN	15H	LPN	Maria do Carmo Tavares
	Crítérios, vantagens, opções e valorização	CVOV	6H	Sesimbra	Catarina Gonçalves
	Introdução Botânica e Flora Mediterrânica	IBFM	15H	LPN	Maria do Carmo Tavares
	Poda de Árvores e Arbustos Ornamentais	PAAO	15H	LPN	Rui Tujeira
	Identificação de Cogumelos Silvestres	ICS	15H	LPN	Helena Machado e
	Anilhagem de Aves	AA	15H	LPN	Carlos Pacheco
	Avaliação de Impacte Ambiental em Meio Marinho	AIAMM	15H	LPN	José Lino Costa
	A Vida entre Marés	VM	15H	LPN	João Paulo Rodrigues
	Avaliação de Impacte Ambiental	AIA	15H	LPN	A definir
Cursos Formativos Certificados pela DGERT c/ FSC*	Gestão e Conservação dos Solos	GCS	15H	LPN	A definir
	Identificação e Valorização do Património Natural	IVPN	15H	LPN	A definir
	Nova Análise de Risco para a Madeira Controlada	FSC1	-	-	A confirmar
Cursos Formativos Certificados pela DGERT DOCAPECA**	Serviços dos Ecossistemas	FSC2	-	-	A confirmar
	Uso das Marcas do FSC	FSC3	-	-	A confirmar
	Identificação e Avaliação de Pescado Espécies não osseas	DOCAP1	7H	-	João Correia
	Identificação e Avaliação de Pescado Espécies osseas	DOCAP2	7H	-	Pedro Félix
	Identificação de Parasitas	DOCAP3	7H	-	Susana Ferreira
Cursos Formação Contínua de Professores creditados pelo CCPFC	Legislação de Pescas e Mar	DOCAP4	15H	-	A definir
	Sustentabilidade e Ambiental	DOCAP5	15H	-	A definir
	Ação de curta duração: Tesouros selvagens do Oeste – uma plataforma para a Educação Ambiental	ACD/01/19	6H	Paúl da Tomada e Lagoa de Óbidos	Carla Pacheco (GEOTA) Jorge Fernandes (LPN) Sara Duarte (ATA)
	Ação de curta duração: Geoeducação e Ambiente	ACC/02/19	3H	Museu Geológico	Jorge Sequeira
	Ação de curta duração: Os segredos da “Terra Vermelha” – Atividades de trabalho de campo na serra de Camaxide	ACC/03/19	3H	Serra de Camaxide	Eugénio Sequeira (LPN)
	Ação de longa duração: Em busca do Triops Vicentinus Património Natural e Cultural de Vila do Bispo	ACC/01/19	25H	Vila do Bispo	Cristina Baião (LPN) Jorge Fernandes (LPN) Técnico da CM de Vila do Bispo* Colaboração CM de Vila do Bispo
	Ação de curta duração: Estuário do Sado – Navegan do pela rota do Património natural e cultural	ACD/03/19	6H	Setúbal	Pedro Brito (IPMA), Ricardo Mendes (LPN), Teresa Pereira (MAEDS), Jorge Fernandes (LPN)
	Ação de curta duração: Em Busca das orquídeas selvagens e dos algues improváveis - P. N. Serra de Aire e Candeeiros	ACD/04/19	6H	Alcanede	Jorge Fernandes (LPN) CEAE da LPN,
	Ação de longa duração: Arouca Geopark - um laboratório ao ar livre de Educação Ambiental	ACC/02/19	25H	Arouca	Técnicos da AGA – Associação Geoparque Arouca
	Ação de longa duração: Roteiros de Biodiversidade e Geodiversidade na Região Autónoma da Madeira	ACC/03/19	25H	Região Autónoma da Madeira	Clarisse Ferreira e Purificação Seixas
Workshops	Ação de curta duração: Exomuseus e Educação Ambiental	ACD/05/19	3H	Jardim Botânico da Ajuda	Dalila Espírito Santo e/ou Ana Luísa Soares (Inst. Sup. Agronomia)
	Ação de curta duração: Caminhando entre a praia do Magoito e da Samarra	ACD/06/19	4H	Praia do Magoito	Jorge Fernandes
	Ação de curta duração: Geologia e Biodiversidade no Parque Florestal do Monsanto	ACD/07/19	3H	PF Monsanto	Técnicos do P.F. Monsanto e Jorge Fernandes
	Boas práticas Ambientais	WBPA	3H	LPN	Ana Sofia Ribeiro
	Anfíbios de Portugal – identificação, ecologia e conservação	WAP	6H	LPN	Nuno Curado
	Biodiversidade em Meio Urbano	WBMU	6H	LPN	Nuno Curado
	Observação de Turfeiras na Serra da Estrela	WOTSE	A definir	Serra da Estrela	Clarisse Ferreira
Observação de aves ou de grupos específicos de aves	WOA	A definir	LPN	A definir	
Observação de Orquídeas	WOO	A definir	LPN	Armando Frazão	

* FSC – A confirmar estas ações

** DOCAPECA – A confirmar, em janeiro, o número de ações a desenvolver

*** Todas estas ações estão condicionadas a um número mínimo de participantes para poderem ser executadas

Objetivos específicos: Em 2019 pretende-se alargar a atividade formativa da LPN a outros públicos e avaliar a possibilidade de angariar outras fontes de financiamento (financiamento comunitário), de forma independente ou através de parcerias, promovendo assim uma maior sustentabilidade da atividade formativa da LPN. Será ainda avaliada a possibilidade de certificar a formação da LPN a outras áreas de formação.

Centro de Formação acreditada para Professores

A LPN é uma entidade formadora acreditada pelo Conselho Científico-Pedagógico da Formação Contínua desde 9 de Novembro de 2015, podendo assim dar formação creditada a professores.

Objetivos específicos: Em 2019 pretende-se criar algumas ações de formação para professores adaptadas ao trabalho da LPN, integrando conteúdos e conhecimentos desenvolvidos no âmbito de projetos da LPN, tal como possibilitar uma articulação com o Programa de Educação Ambiental da LPN.

Projeto “Despertar para a Natureza”

Agrupamentos de Escolas da Área Metropolitana de Lisboa – Divulgação e articulação com as iniciativas do projeto agregador da LPN - “Natureza para Todos”

É contemplado o transporte para três saídas de campo no âmbito da parceria com a EPAL. O transporte para as restantes saídas de campo por parte das escolas é assegurado pelas próprias escolas. Em função do projeto não ser financiado tem-se recorrido na orientação das saídas de campo a formadores/monitores pró-bono e ao professor destacado. As despesas de transporte para a preparação e realização das saídas de campo por parte do professor destacado é efetuado na viatura da LPN ou em transporte próprio, sendo que essas deslocações são efetuadas todas na região metropolitana de Lisboa: Parque Florestal do Monsanto e Praia de S. Pedro do Estoril.

Capacitar para educar na Natureza

Ações de formação contínua de professores – exemplo de cursos acreditados pelo Conselho Científico Pedagógico de Formação Contínua no Centro de Formação Ambiental da LPN- “Educar para as Alterações Climáticas – Um percurso pela Biodiversidade e Geodiversidade com referência CCPFC/DC- 6065/17. Ética Ambiental – O Homem como cidadão da Terra com referência CCPFC/DC-3667/16. Ação resultante da parceria com a Câmara Municipal de Mafra a realizar no Centro de Formação de Professores Rómulo de Carvalho a aguardar acreditação pelo CCPFC: Educação Ambiental - Sentir e Conhecer para Valorizar o Território.

Seminário “Novos Desafios e Estratégias na Educação Ambiental”

Atividades Implementadas fora da Escola Ação dependente dos objetivos da LPN sendo que poderá ser inserida num contexto mais amplo de temática que a Direção proponha e por isso não é possível estimar-se um orçamento.

Realização de Ações de formação da DGERT - Workshops e Cursos - Exemplos: “Monitorizar o Estado Ecológico da Floresta; Vermicompostagem Doméstica como base da educação ambiental no Centro de Formação da LPN; Líquenes como bioindicadores da qualidade do ambiente Orçamento incluído no orçamento enviado do plano de formação da DGERT

Realização de saídas de campo em áreas de grande valor ambiental (ex: Reserva Natural do Estuário do Tejo, Reserva Natural do Estuário do Sado, Parque Natural da Arrábida, Parque Natural Sintra- Cascais, Parque Natural da Serra de Aire e Candeeiros, Parque Florestal do

Monsanto, Reserva da Biosfera de Castro Verde, Geoparque Arouca, Jardim Botânico da Ajuda, Geomonumentos da cidade de Lisboa e Lagoa de Óbidos.

Colaboração com Escolas e Instituições no âmbito de protocolos estabelecidos, exemplo: Ações de Educação Ambiental com a Câmara Municipal de Mafra e EPAL – ao abrigo da colaboração entre a Câmara Municipal de Mafra e a LPN no Concelho de Mafra e com o CILO – Centro de Interpretação da Lagoa de Óbidos. No caso da formação de professores em Mafra foi contemplada verba do orçamento municipal para preparação e organização da ação de formação (realização de visitas de reconhecimento, elaboração de conteúdos, lecionação de 25 horas de formação pelos formadores da Liga para a Protecção da Natureza). Para as saídas de campo (2 saídas) é disponibilizado o autocarro da Câmara Municipal. No caso do apoio ao CILO – Centro de Interpretação da Lagoa de Óbidos está inserido o orçamento do projeto.

Apoio ao Programa Educativo da Sede da LPN, ao projeto global “Natureza para Todos” e realização de um guia de recursos na Internet de Educação Ambiental

Organização de um Bioblitz educativo em Palmela*, Moita e Alcochete Duas deslocações a Palmela; duas deslocações a Moita e duas deslocações a Alcochete.

Coordenação das Ações de Formação Contínua de Professores – capacitação, organização dos processos e dossier da Formação Contínua do - Centro de Formação Ambiental da LPN.

Voluntariado

- No ano de 2019 será mantido o incentivo à intervenção e colaboração de voluntários nas atividades e ações da LPN, integrando os direitos e deveres dos mesmos e assegurando uma formação e orientação estruturada, para uma maior eficiência no cumprimento dos objetivos definidos. Será também avaliada a possibilidade de angariação de apoios ao voluntariado e da criação de um Núcleo dos Voluntários;
- Considerando o grupo de voluntários inscritos na LPN será uma mais valia aproveitar este grupo nas diversas atividades. Para tal, será necessário ter um maior acompanhamento de forma a que os voluntários se sintam incluídos e parte da associação. A organização de pequenos eventos como festas ou lanches na sede da LPN poderá criar esse vínculo e dar a conhecer os vários voluntários;
- A utilização de ferramentas como a Welever potencia a criação desta comunidade de voluntários, mantendo-os em contacto e possibilitando um registo das ações em que participam. Este registo será muito interessante em termos de currículo e por isso uma mais-valia para os voluntários.

Em 2019 serão ações a fortalecer e desenvolver:

TECNOLOGIA E PÚBLICO JOVEM. Nos últimos anos tem-se verificado um crescente interesse pelas novas tecnologias o que, muitas vezes, afasta o público mais jovem da natureza. No entanto, cabe às instituições acompanhar essas tendências e aproximar ambos, criando/pensando programas que cativem o público jovem, desafiando-o a agir no mundo que eles conhecem (o mundo tecnológico), nomeadamente:

- Uso/desenvolvimento de APP's, QC e outros, de modo a envolver a componente tecnológica nas atividades;
- Desafios/concursos para as escolas, em que usem os recursos disponíveis para criar algo (por exemplo, desenvolver jogos de computador com a temática ambiental, fazerem vídeos, desenvolverem um projeto de ambiente na escola e/ou comunidade). Estes projetos poderiam ter o apoio da LPN com um preço simbólico associado;

- Criação de programas de “longa duração”: acompanhamento da LPN durante o ano letivo com componentes de trabalho autónomo das turmas, visita do técnico da LPN à escola, visita da turma à sede da LPN e incluir e-sessions (por exemplo, “skype in the classroom”, ver informação aqui: <https://education.microsoft.com/skype-in-the-classroom/overview>).
- Criação dum canal de sensibilização/educação ambiental no youtube, com dicas ou boas práticas sustentáveis (pequenos vídeos feitos pelos técnicos ou nos projetos, com cerca de 30s a 1 min de duração).
- Criação do ranking nacional das escolas mais ambientais (à semelhança do “green project award”) com critérios definidos pela LPN ao nível da sustentabilidade ambiental.

Esta componente poderia permitir alargar a área de intervenção da LPN, nomeadamente no trabalho com escolas fora da grande Lisboa e também escolas estrangeiras.

CONSTRUÇÃO DE REDES/PARCERIAS. Considerando a dificuldade de financiamento que existe para desenvolver novos programas, as parcerias com outras instituições podem ser um bom meio para desenvolver novos programas com orçamentos mais baixos.

- Disponibilização de atividades de *team-building* para as empresas (passando a mensagem de conservação e missões da LPN beneficiando de um volume de participantes que possam permitir obras de maior intervenção, como manutenção das paredes e torres de nidificação de peneireiros, manutenção dos charcos do CEAVG, sinalização de vedações, manutenção do jardim da LPN), à semelhança do que já vem sido feito;
- Criação de uma bolsa de estágios e oportunidades de desenvolvimento de teses com temas pré-definidos que estejam relacionados com o trabalho desenvolvido pela LPN (permite uma aproximação do meio académico e divulgação da missão da LPN nos futuros profissionais das áreas);
- Integrar nas atividades desenvolvidas em parceria como Pingo Doce (Eco-Locais e “Amar o Mar”) limpezas subaquáticas junto às praias. Esta atividade poderia envolver parcerias com escolas de mergulho (para fornecimento de material e orientação nos locais) e escolas de surf e associações de surfistas. A ideia seria criar uma nova vertente de sensibilização para o lixo deixado nas praias e o lixo marinho trazido pelo mar, com maior visibilidade e uma ação que poderá ser associada com recolha de dados do lixo recolhido, em parceria com o GEOTA.
- Criar projetos de *citizen science*. Programas de ciência cidadã em que os cidadãos vão para o campo fazer recolha de dados, com orientação da LPN (por exemplo como o CoastWatch) ou programas em que os cidadãos ajudam a LPN a tratar dados, como armadilhagem fotográfica ou registos de mortalidade de animais (como já acontece na plataforma Zooniverse: <https://www.zooniverse.org/>);
- Criar uma oferta de atividades para o público em geral, mensais (à semelhança com o que acontece no CEAVG, através da parceria com a CM Castro Verde), mas noutros locais: Lisboa, Óbidos, Quinta da Moenda, etc. As atividades poderiam ter um custo simbólico com ou sem transporte e podem ser passeios interpretativos, atividades na sede ou nos espaços da LPN, etc.
- CP – Comboios de Portugal: de modo a criar um “pack” que permita às escolas deslocarem-se à sede da LPN, usufruindo de um meio de transporte público com bons acessos e com abrangência nacional. Ver parcerias semelhantes já criadas aqui: <https://www.zoo.pt/site/educacao.php?contentid=21> (ofertas e descontos)
- Microsoft ou outras empresas que possam fornecer material didático tecnológico para o desenvolvimento dos programas à distância;
- Institutos universitários, tanto no desenvolvimento de teses e estágios na área de ambiente mas também com as áreas de tecnologia, informática, artes, etc. (que possam

permitir desenvolver trabalhos de qualidade a custo reduzido, ao mesmo tempo que se aumenta a área de atuação e público que conhece a missão da LPN). (Há instituições que colaboram com a área académica oferecendo oportunidades dos alunos desenvolverem, por exemplo, curtas metragens sobre a instituição de acolhimento, vídeos promocionais, códigos de conduta);

- Grace Portugal: Analisar a viabilidade de colaboração com a LPN, tendo sido demonstrado esse interesse no passado;
- Oceanário de Lisboa: Colaborar na criação de conteúdos e utilização de recursos educacionais;
- GEOTA: no âmbito da ação de limpeza subaquática, tendo eles um programa de monitorização de lixo marinho presente na zona costeira portuguesa, mas sem esforço de campo associado (só através de projetos de ciência cidadã)
<https://underwaterwatchgeo.wixsite.com/underwaterwatch>
- Ciência Viva: Tirar partido da rede de Ciência Viva e estabelecer com os centros formas de parceria, nomeadamente com o programa de verão

Para além destas sugestões estará sempre bem presente a experiência de sustentabilidade integrada exemplar de Castro Verde, como elemento central a incluir nas atividades da Cidadania Ambiental.

3.3. O CENTRO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DO VALE GONÇALINHO (CEAVG)

Ações a fortalecer e desenvolver em 2019:

- Assegurar a manutenção das instalações do CEAVG para a realização de atividades e enquanto pólo local da LPN;
- Manter e melhorar as condições e equipamentos de sensibilização ambiental no CEAVG e promover a sua dinamização;
- Dinamizar as atividades de educação e sensibilização ambiental disponíveis no CEAVG e as atividades de sensibilização previstas no âmbito dos Protocolo de Colaboração com Autarquias (incluindo com o Município de Castro Verde), bem como, o funcionamento ao público do CEAVG;
- Implementar o Projeto de Valorização do Programa Educativo do Centro de Educação Ambiental do Vale Gonçalinho, apoiado pela SOMINCOR;
- Manter a parceria com o Agrupamento de Escolas de Castro Verde, para o desenvolvimento de projetos educativos de sensibilização ambiental, incluindo a temática da Reserva da BIOSFERA da UNESCO de Castro Verde, que abrangem alunos desde o pré-escolar ao secundário, incluindo o ensino profissional, e a participação no Conselho Geral;
- Manter a parceria com a Rádio Castrense para a divulgação de temas ambientais, através da Rubrica de Ambiente semanal, e com a Associação Sénior Castrense para a realização de aulas associadas aos temas ambientais;
- Assegurar a boa divulgação das atividades desenvolvidas.

4. CONSERVAÇÃO DA VIDA TERRESTRE, ODS 15, 11 e 17



4.1. ESTRATÉGIA DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA DA LPN

A paisagem em território português tem conhecido grandes mudanças no último século. A Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade, publicada em Resolução do Conselho de Ministros, formula dez opções estratégicas para a política de conservação da natureza e da biodiversidade, de entre as quais é se destaca a opção n.º 2, relativa à constituição da Rede Fundamental de Conservação da Natureza (RFCN) e do Sistema Nacional de Áreas Classificadas (SNAC), integrando neste a Rede Nacional de Áreas Protegidas (RNAP), criada pelo Decreto -Lei n.º 19/93, de 23 de Janeiro. Nesta opção, é particularmente importante o Quadro Prioritário de Ação (ou *Prioritised Action Framework* - PAF) para a Rede Natura 2000.

O PAF tem dois objetivos primordiais: (i) assegurar os níveis e tendências populacionais adequados de todas as espécies selvagens de aves e (ii) assegurar o estado de conservação favorável de todas as espécies e habitats naturais integrados nos Anexos da Diretiva Habitats.

A LPN, que foi auscultada na preparação deste documento, está muito presente nesta matéria. Veja-se por exemplo o Ponto 4. da estrutura do PAF, que são os Instrumentos de Gestão da Rede Natura 2000. Trata-se de planos de gestão, planos de ação e projetos específicos para espécies, habitats e sítios de conservação prioritária.

São exemplos maiores:

- Plano de ação do lince-ibérico;
- Plano de ação do saramugo;
- Estratégia nacional de conservação das aves necrófagas;
- O Plano de conservação das aves estepárias;
- O Plano de Ação da águia-imperial;
- O Plano de Ação do roaz-corvineiro;
- O Projeto de Microrreservas da Quercus;
- A Iniciativa Business and Biodiversity.

A LPN tem história vincada nos cinco primeiros. Foi a ONGA que ganhou mais candidaturas no âmbito descrito e executado vários projetos LIFE: 2002 LIFE Peneireiro-das-torres, 2005 LIFE Recuperação do Habitat do Lince-ibérico no Sítio Moura/Barrancos, 2009 LIFE Estepárias, 2009 LIFE Habitat Lince Abutre, 2013 LIFE Charcos - Conservação de Charcos Temporários na Costa Sudoeste de Portugal, 2014 LIFE Imperial (conservação da águia-imperial-ibérica), LIFE Saramugo (conservação do saramugo). Tive o grande prazer de colaborar, enquanto cientista, nos que versaram o grupo das aves estepárias.

Além da biologia da conservação em ecologia aquática e terrestre, a LPN pretende contribuir para o esforço nacional de inventariação e construção e bases de dados de informação geográfica, atuando na monitorização e biometria de valores classificados, na preservação de agrossistemas de elevado valor natural, na gestão da produção florestal ecológica e gestão do fogo, na conservação de zonas húmidas, corredores entre manchas e conectividade. A intervenção nos Ecossistemas (recuperação e/ou restauro, engenharia natural), o seu

ordenamento paisagístico e a gestão dos Recursos Faunísticos e de Recursos Naturais (em sentido lato) serão uma prioridade durante os anos vindouros.

4.2. OS SISTEMAS AGRO-SILVO-PASTORIS DE ELEVADO VALOR NATURAL

Portugal (37% do seu território) e Espanha (34%) apresentam a maior área de Sistemas Agrícolas de Alto Valor Natural da Europa (Dwyer *et al.*, 2002). Portugal, estado membro com uma das maiores biodiversidades a nível europeu, e que está situado no contexto da Bacia Mediterrânica, um dos hot-spots mundiais de diversidade biológica, sendo portanto os seus 20% de território nacional de área classificadas, de proteção prioritária se pensarmos a uma escala internacional.

São sistemas de baixa intensificação, permanentes (e.g. o olival tradicional e o amendoal de baixa intensificação) e com pastagens permanentes com baixo encabeçamento. Existem 3 tipos de sistemas de Alto Valor Natural :

- 1- Agricultura com alta proporção de vegetação semi-natural;
- 2- Agricultura dominada por baixa intensificação, ou com mosaico de semi-natural e terra cultivada, em pequena escala;
- 3- Agricultura suportando espécies raras, ou em elevada percentagem da “população” de espécies em risco a nível Mundial.

Em Portugal os tipos de agricultura de Alto Valor Ambiental são:

- Montado de sobro e azinho;
- estepe cerealífera (ou pseudo-estepe);
- Lameiros de montanha.

Estes tipos de agricultura ainda promovem a *conservação do solo e da água para além da biodiversidade*, incluindo a estepe cerealífera, desde que não se alqueive nem usem gradagens.

4.2.1. A ESTEPE CEREALÍFERA E A RESERVA DA BIOSFERA DE CASTRO VERDE

PROGRAMA CASTRO VERDE SUSTENTÁVEL

O Programa Castro Verde Sustentável (PCVS), iniciado em 1992, tem como principal objetivo a conservação do ecossistema estepário, nomeadamente das aves ameaçadas que lhe estão associadas e a promoção do desenvolvimento sustentável local. A área de intervenção está maioritariamente associada na Zona de Protecção Especial (ZPE) de Castro Verde, embora tenha atuação noutras regiões, nomeadamente noutras Áreas Estepárias do Alentejo.

Entre as tarefas permanentes do PCVS está a gestão das 6 Reservas da Biodiversidade (1812 hectares) que a LPN possui no Concelho de Castro Verde e que constituem atualmente as Zonas Núcleo da recentemente classificada Reserva da BIOSFERA de Castro Verde da UNESCO (classificada a 14 de junho de 2017). Como tal é essencial assegurar a adequada gestão agropecuária que promove o estado de conservação favorável do habitat das aves estepárias, bem como, a manutenção do património nas herdades (incluindo os melhoramentos para a avifauna).

A gestão do Centro de Educação Ambiental do Vale Gonçalinho (CEAVG), que funciona como a sede local da LPN em Castro Verde e como pólo de atividades de educação e sensibilização ambiental (designadamente com escolas locais, regionais e nacionais), acolhimento de

visitantes e promoção de turismo de natureza sustentável, é outra das tarefas do Programa Castro Verde.

Uma das prioridades do PCVS é assegurar a boa gestão da Reserva da BIOSFERA de Castro Verde (RBCV) e a implementação do seu Plano de Ação.

Dar continuidade à articulação e parceria com entidades e associações locais e regionais, que potenciem sinergias que privilegiem a sensibilização ambiental e a melhoria das condições ambientais e do desenvolvimento sustentável na ZPE de Castro Verde.

Destaca-se como igualmente importante acompanhar as Medidas Agroambientais para a conservação das aves estepárias, designadamente o Apoio Zonal de Castro Verde e o Apoio Zonal Outras Aves Estepárias, através da participação nas Estruturas Locais de Apoio do Baixo Alentejo, Alentejo Central e Costa Sudoeste.

Dar apoio logístico e supervisionar a boa execução de projetos da LPN que estão sedeados no CEAVG, nomeadamente o Projeto LIFE Saramugo, o Projeto LIFE Imperial e o Protocolo Avifauna, insere-se também na atual missão do PCVS.

Objetivos específicos para 2019:

- Assegurar a participação no Conselho de Gestão da Reserva da BIOSFERA da UNESCO de Castro Verde, órgão de funcionamento colegial que integra a LPN, o Município de Castro Verde e a Associação de Agricultores do Campo Branco, e que está responsável pela gestão e funcionamento da Reserva da BIOSFERA, bem como, da implementação do respetivo Plano de Ação;
- Assegurar a manutenção e gestão favorável das Reservas da Biodiversidade e do CEAVG;
- Assegurar a eficiente articulação e o cumprimento dos compromissos mútuos com os agricultores comodatários das Reservas da Biodiversidade, para que se mantenha uma atividade agropecuária extensiva num sistema de rotação de cereais de sequeiro, pousios e pastagens que promova a conservação das aves estepárias e da restante biodiversidade, do solo e da água;
- Assegurar a manutenção do estado de conservação favorável do habitat estepário nas Reservas da Biodiversidade, mantendo a perturbação reduzida através da vigilância diária de forma a controlar a atividade turística não autorizada e a caça furtiva, mas assegurando também a manutenção de pontos de abeberamento e de alimentação suplementar para a avifauna (como medidas de adaptação às alterações climáticas), vedações “amigas” da fauna, locais de nidificação apropriados, entre outras;
- Manter as parcerias locais estruturantes, designadamente com o Município de Castro Verde, a Associação de Agricultores do Campo Branco, Autarquias Locais (como os Municípios de Mértola, Almodôvar, Aljustrel e Ourique e as Juntas de Freguesias da ZPE de Castro Verde mas também com os Municípios de Odemira e de Vila do Bispo), a Associação Sénior Castrense, a Cooperativa Cortiçol, o Agrupamento de Escolas de Castro Verde, o Agrupamento de Escolas de Ourique, o Agrupamento de Escolas de Aljustrel, o Agrupamento de Escolas de Aljustrel, o Conservatório Regional do Baixo Alentejo, as Associações ART e GPS, a APADIJ, a Associação Cultural Os Ganhões de Castro Verde, os Bombeiros de Castro Verde, a Cruz Vermelha de Castro Verde, a Somincor, a DRAP-Alentejo, a CCCR-Alentejo, a ARH-Alentejo, a GNR, o ICNF, a CIMBAL, Escola Profissional AL-Sud, Instituto Politécnico de Beja, entre outras;
- Assegurar os programas de monitorização de aves estepárias, nomeadamente da Abetarda, Peneireiro-das-torres, Rolieiro, Sisão, Tartaranhão-caçador, Grou e Milhafre-real na ZPE de Castro Verde e nas Reservas da Biodiversidade da LPN, estabelecendo e

mantendo as parcerias necessárias com diversas instituições (ICNF, ONGAs, Universidades);

- Assegurar a manutenção das instalações do CEAVG para a realização de atividades e enquanto pólo local da LPN;
- Manter e melhorar as condições e equipamentos de sensibilização ambiental no CEAVG e promover a sua dinamização;
- Dinamizar as atividades de educação e sensibilização ambiental disponíveis no CEAVG e as atividades de sensibilização previstas no âmbito dos Protocolo de Colaboração com Autarquias (incluindo com o Município de Castro Verde), bem como, o funcionamento ao público do CEAVG;
- Implementar o Projeto de Valorização do Programa Educativo do Centro de Educação Ambiental do Vale Gonçalinho, apoiado pela Somincor;
- Manter a parceria com o Agrupamento de Escolas de Castro Verde, para o desenvolvimento de projetos educativos de sensibilização ambiental, incluindo a temática da Reserva da BIOSFERA da UNESCO de Castro Verde, que abrangem alunos desde o pré-escolar ao secundário, incluindo o ensino profissional, e a participação no Conselho Geral;
- Manter a parceria com a Rádio Castrense para a divulgação de temas ambientais, através da Rubrica de Ambiente semanal, e com a Associação Sénior Castrense para a realização de aulas associadas aos temas ambientais;
- Assegurar a boa divulgação das atividades desenvolvidas;
- Definir uma estratégia para a dinamização do ecoturismo, aproveitando as mais-valias já existentes;
- Definir uma estratégia para a revalorização do Monte Paraíso e procurar formas de financiamento para manter este património edificado;
- Assegurar a articulação com universidades e unidades de investigação científica, para o desenvolvimento de trabalhos científicos pertinentes para a conservação das aves estepárias e o seu habitat;
- Assegurar o acompanhamento das representações da LPN em Comissões, nomeadamente das relacionadas com o Desenvolvimento Rural, como é o caso da Estrutura Local de Apoio (ELA) do Baixo Alentejo, da ELA do Alentejo Central e da ELA da Costa Sudoeste e contribuir para a implementação dos respetivos Planos de Atividades, e outras como é o caso da Unidade de Gestão do GAL ALSUD da ESDIME e a Comissão Regional de Combate à Desertificação;
- Propor e incentivar a aprovação do Plano de Ação para a Conservação de Aves Estepárias;
- Assegurar a continuidade do Apoio Zonal de Castro Verde no quadro de programação financeiro Europeu para o pós-2020 e uma melhoria das restantes medidas agroambientais (incluindo as outras áreas estepárias, proteção do solo, combate à desertificação, proteção de locais de nidificação de grandes águias, proteção de charcos temporários, entre outras);
- Assegurar a conclusão e atividades pós-projeto do Projeto LIFE Charcos;

- Providenciar apoio logístico e técnico aos projetos da LPN sedeados no CEAVG: (1) Projeto LIFE Saramugo “Conservação do Saramugo na Bacia do Guadiana (Portugal)”; 2) Projeto LIFE Imperial “Conservação da Águia-imperial-ibérica em Portugal”;
- Promover candidaturas a novos projetos que possam dar continuidade aos objetivos de conservação das aves estepárias, de combate à desertificação e às alterações climáticas e contribuir para a implementação do Plano de Ação da Reserva da Biosfera de Castro Verde.

4.2.2. O MONTADO E OS OLIVAIS TRADICIONAIS

Programa do Montado

O contexto de erosão e perda do montado e dos olivais tradicionais e ainda a transição da paisagem veio reforçar a necessidade de ação. Três secas por década, no Alentejo, a partir de 1990. Na sequência da “Iniciativa Pró-montado Alentejo”, é agora possível juntar produtores de produtos do montado, municípios e especialistas. Estabelecer um protocolo com um centro de investigação, encontrar um sponsor e uma área para demonstração permitirão arrancar com o Programa do Montado em 2019. Serão prioridades:

- Dar sinal forte aos decisores políticos para uma correta avaliação do risco das alterações climáticas no Sul do país (os montados podem combater a desertificação, servindo como uma "barreira natural" à entrada do Saara em Portugal);
- Propor diversas medidas ao executivo para combater a desertificação do Alentejo e o desaparecimento dos montados, como voltar às densidades antigas entre as 80 e as 100 árvores por hectare (atualmente há cerca 60 árvores por hectare);
- Propor a revisão da versão atual do Plano de Ordenamento Florestal do Alentejo (PROF-AL), introduzindo novos parâmetros como dias de calor fora da época;
- Propor o reforço do "valor atual Programa de Desenvolvimento Rural (PDR) 2020 Florestal" em mais 133 milhões de euros entre 2018 e 2020.

Programa Lince

O Programa Lince (PL), lançado em 2004, resulta de uma parceria entre a LPN e a Fauna & Flora International (FFI). O principal objectivo do PL consiste na recuperação e manutenção a médio/longo prazo de um corredor de áreas prioritárias de habitat Mediterrânico adequadas para a conservação do lince-ibérico em Portugal, nomeadamente no Sul, trabalhando principalmente ao nível do habitat e das principais presas desta espécie, bem como na divulgação e sensibilização da população por todo o território nacional.

Objetivos específicos para 2019:

- Execução do projeto POCTEP Orniturismo de acordo com o estipulado;
- No seguimento do projeto LIFE-Natureza "Promoção do Habitat do Lince-ibérico e do Abutre-preto no Sudeste de Portugal", finalizado em Setembro de 2014, e de acordo com os compromissos existentes, execução das seguintes tarefas de manutenção e monitorização:
 - a) Acompanhamento da implementação de corredores de habitat de lince-ibérico em olivais;
 - b) Monitorização de diversas ações de conservação implementadas, nomeadamente através de armadilhagem fotográfica;

- Manutenção dos contactos com as populações e agentes locais e regionais da área de intervenção do Programa Lince;
- Angariação de fundos e elaboração de candidaturas a projetos/financiamentos, e acompanhamento de processos de candidatura submetidos.

4.2.3. OS LAMEIROS E OS PRADOS DE MONTANHA

A LPN terá o objetivo de apoiar os agricultores com vista à adoção ou preservação de práticas de pastoreio extensivo que assegurem a manutenção de lameiros de elevado valor natural.

Os lameiros de pasto, lameiros de erva e lameiros de feno, sejam eles lameiros de regadio, lameiros de regadio imperfeito e lameiros de secadal, são pastagens seminaturais permanentes, de origem centenária, profundamente interligados com os diversos agrosistemas que caracterizam a agricultura tradicional de montanha.

O método ancestral de rega de lima, em que a água escorre permanentemente de forma a cobrir o solo, é aplicado para a regulação térmica do solo e da vegetação, evitando ou reduzindo o congelamento e facilitando a atividade da vegetação na Primavera.

Nas regiões de montanha, com população em declínio, existe a dificuldade em manter os lameiros e, com eles, a produção de raças bovinas autóctones.

As políticas ambientais estabelecem medidas para a conservação e uso sustentável da terra nas áreas de habitats naturais e seminaturais. No PDR2020 está prevista a medida para estes sistemas (na Área 3-Ambiente, Eficiência no Uso dos Recursos e Clima / Medida 7-Agricultura e Recursos Naturais / Ação 7.7-Pastoreio Extensivo / Operação 7.7.1-Pastoreio Extensivo - Apoio à Manutenção de Lameiros de Alto Valor Natural).

Objetivos específicos para 2019:

- Desenhar uma estratégia para a conservação destes habitats sensíveis
- Celebrar um protocolo com um centro de investigação;
- Celebrar protocolos com municípios onde este tipo de ecossistemas estas representado e careça de proteção;
- Manutenção dos contactos com as populações e agentes locais e regionais nessas áreas de intervenção;
- Angariação de fundos e elaboração de candidaturas a projetos/financiamentos, e acompanhamento de processos de candidatura submetidos.

4.2.4. OS FRAGMENTOS DE FLORESTA NATIVA E A ECOLOGIA DO FOGO

A LPN nasceu com a defesa de uma Mata, a Mata do Solitário na Serra da Arrábida. Esta ligação à floresta enquanto património natural tem também a marca indelével do fundador da LPN, o Professor Baeta Neves, engenheiro florestal e figura ímpar na galeria de notáveis da silvicultura portuguesa. Recordar esta relação entre LPN e a floresta é sobretudo importante nos dias que correm, em que a floresta deixou de ser sinónimo de deleite, fruição e fonte de riqueza, para estar infelizmente mais conotada com sentimentos de destruição, degradação, tristeza e morte. A intervenção das ONG do ambiente na defesa de uma floresta mais saudável, mais sustentável, mais amiga da sociedade e, não tenhamos hesitações em dizê-lo MAIS NATURAL, nunca foi não necessária como agora. Há que defender sem rodeios a necessidade de proteger a floresta nativa de todas as ameaças que continuam a contribuir

para a sua destruição. Ao fazê-lo estamos não apenas a defender um património mas também a defender os serviços que presta, a começar pela própria defesa de pessoas e bens. Está amplamente comprovado a nível científico o papel muito importante que podem ter as formações maduras de folhosas nativas na atenuação ou mesmo anulação da severidade do fogo. No entanto o que vemos em termos de políticas públicas a este respeito são iniciativas avulsas, contraditórias e por vezes verdadeiramente absurdas, como seja a recente campanha para incentivar os proprietários a “limpar” os terrenos junto a casas e a vias de comunicação. O resultado tem sido desastroso não só a nível da destruição de património natural, mas inclusivamente ao nível da proteção civil, tendo em conta o número de mortes que já ocorreram em resultado dessas “limpezas”. Resultado das políticas desastrosas que, umas vezes por ação, outras por omissão, levaram à criação de uma das florestas mais artificializadas, mais degradadas e mais mal geridas do planeta: a floresta portuguesa. Refira-se ainda a única propriedade estritamente florestal a cargo da LPN, a Quinta da Moenda, no Concelho de Vila Nova de Poiares. É um motivo de orgulho e um exemplo-piloto de como se pode fazer a diferença pela positiva em matéria de conservação da floresta nativa.

A LPN pode orgulhar-se de ter estado no passado na linha da frente da defesa do património florestal nacional. Lembremo-nos por exemplo da campanha contra as obras planeadas para a fronteira da Portela do Homem, em pleno Parque Nacional da Peneda-Gerês, nos anos 70 ou, mais recentemente, em 2007, o lançamento, em conjunto com a FLAD e o jornal Público, da série de livros Árvores e Florestas de Portugal. O papel de uma ONGA pode ser muito importante na defesa da floresta nativa, quer com iniciativas locais, quer com iniciativas de âmbito mais abrangente, nomeadamente tentando aconselhar e sensibilizar o poder político e a sociedade. É fundamental continuarmos a alertar para a necessidade de medidas que protejam de facto a floresta nativa, quer a nível legislativo quer a nível de incentivos aos proprietários. São seguramente muitos os proprietários que gostariam de ter uma floresta mais natural e não exclusivamente virada para a produção intensiva de matérias-primas. Há por isso que pugnar por uma LPN livre e fiel aos princípios que a nortearam desde a sua fundação. Só desta forma poderemos ter um papel ativo na mudança que a sociedade anseia mas que o poder político, tolhido pela inércia e pelos pequenos interesses privados, tarda em fomentar.

Objetivos específicos para 2019:

- Renascimento do Programa Florestal;
- “Moenda - Raízes para o Futuro”, Fundo Recomeçar – Ambiente, S.C.M.L.;
- Projetos na área da Sustentabilidade - Fundação Calouste Gulbenkian;
- Parceria com o Rock in Rio “Está tudo conectado”;
- Corrida Solidária dia 24 de Março de 2019 para angariação de fundos para apoiar o projeto “Moenda-raízes para o futuro” - Mecenato do Rotary & Rotaract Club de Oeiras;
- Educação Ambiental em parceria com a FSC;
- Republicação da Colectânea *Árvores e Florestas de Portugal*;
- Celebrar um protocolo com um ou mais centros de investigação;
- Celebrar protocolos com municípios estratégicos para esta atividade;
- Manutenção dos contactos com as populações e agentes locais e regionais nessas áreas de intervenção;
- Angariação de fundos e elaboração de candidaturas a projetos/financiamentos, e acompanhamento de processos de candidatura submetidos;

4.3. GRANDES PROJETOS DE CONSERVAÇÃO ATIVA EM CURSO

Projeto LIFE Imperial "Conservação da águia-imperial-ibérica (*Aquila adalberti*) em Portugal"

Este projecto pretende promover o aumento da população de Águia-imperial-ibérica de forma a criar condições para consolidar o seu regresso e expansão em Portugal. O LIFE Imperial visa implementar um conjunto de ações que reduzam as ameaças à espécie, tais como a diminuição de habitat, a perturbação, a escassez de alimento, o envenenamento, o abate e a eletrocussão em linhas elétricas.

O Projeto LIFE Imperial teve início em Julho de 2014 e decorrerá até a junho de 2020 (de acordo com a prorrogação aprovada pela Comissão Europeia), com intervenções previstas nas ZPE de Castro Verde, Vale do Guadiana, Mourão/Moura/Barrancos e Tejo Internacional, Erges e Pônsul. É coordenado pela LPN e conta com a participação dos beneficiários associados: Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas; Câmara Municipal de Castro Verde; Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa; Guarda Nacional Republicana; EDP Distribuição – Energia S.A.; Sociedade Espanhola de Ornitologia (SEO/Birdlife) e TRAGSATEC S.A..

Para o ano de 2019 dos objetivos do Projeto LIFE salientam-se:

- Determinação da produtividade dos ninhos na área de intervenção do LIFE;
- Acompanhamento do despiste de casos de envenenamento na natureza;
- Atuação na Rede de Custódia “Guardiões da Águia-imperial”;
- Promoção da gestão favorável para a conservação da espécie, nomeadamente com a assinatura de protocolos para implementação de medidas de boa gestão;
- Implementação de medidas de gestão de habitat;
- Monitorização das medidas de gestão de habitat implementadas;
- Reforço da eficácia de instrução de processo jurídicos;
- Reforçar da eficácia de instrução de processos jurídicos através do grupo interdisciplinar e de formações para juízes e magistrados;
- Realização de sessões de apresentação do projeto nas áreas de intervenção do projeto;
- Realização do seminário final;
- Desenvolvimento das atividades de Educação Ambiental e sensibilização ambiental para a conservação da espécie.

Projeto LIFE Saramugo “Conservação do Saramugo na Bacia do Guadiana (Portugal)”

O Projeto LIFE Saramugo visa intervir na área de distribuição historicamente conhecida do saramugo na Bacia do Guadiana, em Portugal, nomeadamente nas sub-bacias do rio Ardila e na ribeira do Vascão. Com início a junho de 2014, mediante pedido de prorrogação realizado em 2018, tem conclusão prevista para outubro de 2019. A LPN é a entidade responsável pela coordenação global do projeto (além da coordenação específica de diversas ações), que tem a parceria da Aqualogus, do ICNF e da Universidade de Évora.

São objetivos específicos para 2019:

- Coordenação geral do Projeto, articulação com parceiros e a CE;
- Concretização últimas medidas de gestão do habitat: (i) colocação 1 vedação num pego na Herdade da Contenda; (ii) instalação 1 dispositivo de retenção de peixes exóticos na barragem do Pessegueiro; (iii) instalação e teste, na ribeira do Abrilongo, de 1 barreira elétrica à progressão do alburno;

- Monitorização das medidas de gestão do habitat implementadas no âmbito do projeto: (i) minimização do impacto do gado nas linhas de água; (ii) reabilitação do meio aquático e requalificação hidromorfológica; (iii) barreira de progressão ao alburno; e, (iv) dispositivos de remoção de peixes exóticos em pequenas barragens;
- Criação da 2ª área de lazer em Stº Aleixo da Restauração;
- Dinamização da Rede de Custódia do saramugo, website e facebook do Projeto;
- Distribuição da 3ª e 4ª Newsletter do Projeto;
- Produção material de divulgação (folheto e exposição itinerante do Projeto, “Jogo da Glória”, autocolantes, canetas, crachás, etc.);
- Produção e instalação de 3 painéis do Projeto e painéis individuais das medidas de gestão realizadas;
- Lançamento oficial do conto infantil do Projeto;
- Realização de sessões de leitura do conto infantil;
- Campanha de sensibilização junto de pescadores e de agricultores e elaboração de manuais de boas práticas;
- Reuniões várias no âmbito do Grupo de Trabalho Multidisciplinar do Projeto para a minimização das ameaças através da fiscalização;
- Realização de 3 ações de formação para entidades fiscalizadoras (na área da conservação natureza e recursos hídricos);
- Produção de Relatório para Leigos do Projeto;
- Elaboração do Plano de Conservação Pós-LIFE;
- Monitorização socioeconómica do Projeto;
- Elaboração relatórios, nomeadamente do Relatório de Progresso e do Relatório Final de Execução do Projeto.

Projecto POCTEP Orniturismo

O projecto POCTEP (INTERREG V A Espanha-Portugal) Conservação, Protecção e Valorização do Património Ornitológico (cujo acrónimo é Orniturismo) visa a conservação das aves necrófagas e o desenvolvimento socioeconómico sustentável do território transfronteiriço Alentejo-Andaluzia através da promoção do turismo ornitológico. A LPN é beneficiária associada deste projecto transfronteiriço, liderado pela Consejería de Economía y Conocimiento da Junta da Andaluzia, iniciado em 2017 e com final previsto para Dezembro de 2019.

Em 2019, os principais objectivos específicos da LPN neste projecto são:

- a) Fornecimento e supervisão veterinária da Rede de Campos de Alimentação para Aves Necrófagas gerida pela LPN no Sudeste do Alentejo;
- b) Monitorização e acompanhamento da nidificação de abutre-preto na região Sudeste do Alentejo;
- c) Intercâmbio de experiências entre Portugal e Espanha relativamente aos campos de alimentação para aves necrófagas e em matéria legislativa relacionada com este tema.

4.4. TURISMO DE NATUREZA E ECOTURISMO

Turismo de natureza sustentável em Rede Natura 2000 (protocolo com a EDP).

Chancela ambiental de iniciativa junto da Comunidade EDP para a promoção de experiências de turismo de visitação de natureza sustentável em áreas da Rede Natura 2000. Esta iniciativa pretende dar a conhecer os valores naturais destas áreas classificadas, proporcionando experiências que irão aumentar o conhecimento sobre os mesmos e despertar a curiosidade por comportamentos mais adequados para os proteger. Esta iniciativa pretende ainda

incentivar e desenvolver parcerias qualificadas com empresas locais que assumam um compromisso com a preservação de espécies e habitats, a valorização dos territórios e a promoção do desenvolvimento local sustentável nestas importantes áreas frequentemente procuradas por turistas além-fronteiras mas pouco conhecidas da nossa população.

Objectivos específicos para 2019:

- Promoção de experiências de turismo de visitação de natureza sustentável em duas áreas da Rede Natura 2000 distintas;
- Definir uma estratégia geral da LPN para a dinamiza o do ecoturismo, aproveitando as mais-valias já existentes, nomeadamente nos territórios em que já trabalhamos com Castro Verde, Moura/Barrancos e Vila Nova de Poiares;
- Definir uma estratégia para a revaloriza o do Monte Paraíso (Castro Verde) e procurar formas de financiamento para manter este património edificado.

5. CONSERVA O DAS ZONAS HÚMIDAS, ODS 6



As zonas húmidas t m valor por vários motivos:

- Fornecem importantes serviços ecossist micos com o da manuten o da qualidade da água e dos recursos hídricos;
- São importantes locais de paragem para repouso e alimenta o de muitas aves aqu ticas;
- Est o sujeitas a forte pressão (polui o da água, políticas erradas de ordenamento do território, incêndios, prolifera o de espécies exóticas invasoras como o jacinto-de-água e o lagostim-vermelho e a utiliza o de muni es de chumbo na caça).

31 destas zonas foram classificadas como Sítios Ramsar (mais de 132 000 hectares) distribuídos pelo território continental e pelos Açores, sendo por isso consideradas parte da Lista de Zonas H midas com Importância Internacional.

Falta porém classificar e proteger outras zonas húmidas importantes no continente. E na Região Aut noma da Madeira ainda não temos nenhuma classificado como sítio Ramsar.

Perante esta necessidade de uma estratégia de conserva o destes locais, a LPN pretende criar o seu Programa de Zonas H midas, em colabora o com o ICNF, um centro de investiga o e uma rede de partes interessadas (*stakeholders*) locais em diversas zonas húmidas.

Objectivos específicos para 2019:

Definir uma estratégia geral para constru o de um verdadeiro Programa de Zonas H midas, aproveitando as mais-valias já existentes, nomeadamente nos territórios em que já trabalhamos com Castro Verde, Moura/Barrancos, Óbidos/Caldas da Rainha, Vila Nova de Poiares e Vila Nova de Gaia, colhendo os ensinamentos dos projetos LIFE Charcos e Saramugo e do trabalho do Grupo de Trabalho em  gua.

O enfoque incidirá especialmente sobre zonas húmidas especialmente ameaçadas como as lagunas costeiras, os charcos temporários mediterrânicos ou as turfeiras de transição e turfeiras ondulantes. Outra área de trabalho será a da falta de planos de ordenamento em qualquer dos estuários

Centro de Interpretação para a Lagoa de Óbidos

Proj. ref. 268-430, Orçamento Participativo Portugal 2017 – Ciência

O Centro de Interpretação para a Lagoa de Óbidos (CILO) apresenta-se como um instrumento para a descoberta, valorização e transmissão do património natural e histórico-cultural da Lagoa de Óbidos, contribuindo para a proteção deste sistema lagunar de reconhecida importância ecológica e para o desenvolvimento local sustentável. Partilhado pelos municípios das Caldas da Rainha e de Óbidos, o CILO consistirá num conjunto de estruturas, equipamentos e outras valências informativas e interativas disponíveis ao redor da lagoa. Através de um conceito inovador, dinâmico e de proximidade, convidará o visitante a um maior contacto com a paisagem, as comunidades locais e suas atividades tradicionais, por meio de ações educativas, de ciência cidadã, experimentação e turismo de natureza ordenado. Trata-se de um projeto do OPP coordenado pela LPN em parceria com a Câmara Municipal das Caldas da Rainha, a Câmara Municipal de Óbidos e o Conselho da Cidade – Associação para a Cidadania, e que conta com o apoio da FCT e da Ciência Viva.

Objetivos específicos para o 2019:

Criação e disponibilização ao visitante da Lagoa de Óbidos de um conjunto de ferramentas informativas de apoio à interpretação do lugar e da sua história de relação com as comunidades locais: em suporte físico (painéis informativos, exposições, materiais pedagógicos) e digital (website, quiosques digitais, mapa interactivo, aplicação móvel);

Contribuição para a protecção, valorização e transmissão do património natural e cultural local às gerações futuras: 10 ações de informação para as comunidades locais: debates/visitas guiadas, oficinas culturais; 8 ações de (in)formação para estudantes universitários e profissionais cuja actividade depende da lagoa ou sobre ela causa impacto: palestras, debates e workshops formativos; ações de recolha de informação científica e incentivo à ciência cidadã; 15 ações lúdico-pedagógicas para escolas; 26 ações de divulgação para turistas;

Criação de um programa de incentivo à criação de oferta turística ordenada com ligação ao CILO;

Criação de um plano de ação para garantir a continuidade e sustentabilidade do CILO após o projecto. Espera-se com o CILO potenciar uma dinâmica local e de trabalho em rede, a melhoria da qualidade de vida das populações locais e o desenvolvimento económico e social sustentável deste território.

Projeto Rede Douro Vivo (RDV)

Projeto liderado pelo GEOTA tem, entre outros parceiros, a IUCN-Med (International Union for Conservation of Nature - Centre for Mediterranean Cooperation), a WE-EA (Wetlands International - European Association), a ANP|WWF Portugal, a LPN (Liga para a Protecção da

Natureza), a Rede INDUCAR, o CEDOUA-UC (Centro de Estudos de Direito do Ordenamento, do Urbanismo e do Ambiente - Universidade de Coimbra). Faz também parte o consórcio de membros académico composto pelo CIMO-IPB (Centro de Investigação de Montanha - Instituto Politécnico de Bragança), o CITAB-UTAD (Centro de Investigação e Tecnologias Agroambientais e Biológicas - Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro), o CIBIO-UP (Centro de Investigação em Biodiversidade e Recursos Genéticos - Universidade do Porto) e a FCT-UNL (Faculdade de Ciências e Tecnologia - Universidade Nova de Lisboa). Este projeto é financiado pela fundação suíça para a conservação da natureza (MAVA).

Objetivos específicos para o 2019: colaborar nas componentes de coordenação técnica dos estudos relacionados com a caracterização ambiental e ecológica da parte portuguesa da Bacia do Douro. Numa segunda etapa, colaborar na promoção de um estatuto de conservação para rios e trechos ainda livres e com boa qualidade da água.

Recuperação das Ribeiras de Gaia

Protocolo entre o Município de Vila Nova de Gaia, a Águas de Gaia, E.M. e a LPN

Objetivos específicos para o 2019: arranque do projeto, incluindo a cooperação no planeamento e implementação da recuperação de algumas das principais ribeiras de Gaia, incluindo a análise especial, nomeadamente a de Febros, assim como ações de educação ambiental, de formação certificada de formação de professores com acreditação.

Participação e acompanhamento

Objetivos específicos para o 2019: acompanhamento dos trabalhos no Conselho Nacional da Água, nos Conselhos de Região Hidrográfica (CRH, em especial do Douro, do Mondego, do Tejo e do Guadiana) e no ProTEJO - Movimento pelo TEJO

6. CONSERVAÇÃO DA GEODIVERSIDADE

A LPN tem feito um trabalho notável no que concerne ao mundo da biodiversidade sobretudo nos espaços de baixa densidade. O destaque dado à Geodiversidade, ao Património Geológico, aos Geossítios e à Geoconservação não tem tido o mesmo peso. A LPN esteve, no entanto, muito ligada, no início dos anos 2000 à Associação Europeia para a Conservação do Património Geológico (ProGEO), criada em 1992, com a eleição dos representantes do Grupo Português ProGEO, nomeadamente Miguel Magalhães Ramalho (LPN) e José Brilha (Universidade do Minho). A concretização desta meta pela LPN poderá passar pela promoção de locais que sirvam de marco para desenvolver o potencial educativo do Património Geológico e da Geoconservação. A promoção da Geodiversidade presente não apenas em Geoparques e Parques Geológicos, mas noutras áreas, classificadas ou não, será objeto de trabalho da LPN.

Objetivos específicos para 2019:

- Voltar a colaborar ativamente com a ProGEO, cujo objetivo geral é incentivar a Conservação do Património Geológico (Geoconservação) e a proteção de sítios e paisagens de interesse geológico (os chamados Geotopos) na Europa;
- Sensibilizar a sociedade para as principais ameaças ao património geológico português, no sentido de se tornarem agentes sensibilizadores junto da comunidade escolar e sociedade em geral;

- Disponibilizar informação e consultadoria em todos os aspetos relacionados com a Geoconservação, contribuindo para inventariar e documentar locais de interesse geológico, alguns de relevância europeia, e promover a conservação do vasto património paisagístico, rochoso, fossilífero e mineral que Portugal possui;
- Organizar e conduzir projetos de investigação no seguimento do ponto anterior;
- Promover a sensibilização do público em geral para a Geoconservação e suas aplicações, procurando informar um público mais vasto da importância desse património e da sua relevância na sociedade moderna;
- Manter informadas as autoridades responsáveis pela proteção do nosso património geológico;
- Alcançar uma abordagem integrada da Conservação da Natureza, promovendo uma abordagem holística à conservação de fenómenos biológicos e físicos.

7. CONSERVAÇÃO DA VIDA MARINHA, ODS 14 e 12



Os ecossistemas marinhos em Portugal conservam a sua biodiversidade única e são explorados por comunidades costeiras prósperas e integradas na gestão sustentável dos recursos marinhos. A missão do Programa Marinho da LPN é contribuir para a conservação dos ecossistemas marinhos em Portugal, através da promoção de políticas para uma pesca sustentável e para o adequado ordenamento do espaço marítimo, particularmente das áreas marinhas protegidas, e através do desenvolvimento de estratégias eficazes de informação e sensibilização dos cidadãos.

São áreas estratégicas

1. Pescas (em articulação com a PONG-Pesca).
2. Áreas Marinhas Protegidas e Ordenamento do Espaço Marítimo

Objetivos específicos para o ano 2019:

Pescas (em articulação com a PONG-Pesca).

Projecto de parceria com a Seas at Risk para acompanhamento dos trabalhos do Concelho Consultivo para as águas ocidentais austrais (CC.S). Este projeto visa a integração das preocupações ambientais na implementação das políticas europeias da pesca, concretizada pela participação no CC.S.

Após muito trabalho das ONGA deste CC junto de diferentes entidades (e.g. Comissão Europeia, outros Conselhos Consultivos, membros do CC.S) foram tomadas algumas medidas que levaram a que as ONGA tenham decidido voltar ao trabalho neste Conselho Consultivo. Assim, o técnico da LPN responsável por esta área irá a todas as reuniões dos grupos de trabalho “Pescas Tradicionais”, “Pelágico”, “Zonas VIII e IX”, grupo ad-hoc “Sardinha Ibérica” e de outros grupos ad-hoc, do Comité Executivo e da Assembleia Geral. Pretende-se ter uma participação ativa em tarefas e parcerias que decorram das reuniões do CC.S, assim como no levantamento de informação relevante e atualizada que possa servir como base sólida ao trabalho desenvolvido e às posições tomadas pelas ONG de ambiente.

O trabalho da LPN, em articulação com as outras ONG do CC.S, vai ainda ter um foco importante na implementação de mecanismos que melhorem o funcionamento deste CC.

O trabalho no CC.Sul integra-se com o trabalho de acompanhamento da implementação das políticas de pesca a nível nacional.

No âmbito deste trabalho prevê-se um foco nos seguintes temas:

- Revisão da Política Comum de Pescas;
- Implementação completa das medidas de “Obrigação de Desembarque”;
- Recuperação de stocks e manter capturas abaixo do Rendimento Máximo Sustentável;
- Implementação do Regulamento Europeu de Controle das Pescas;
- Novo quadro de financiamento Europeu para as Pescas;
- Participação no Conselho Consultivo de Aquacultura.

A LPN irá participar nas reuniões do Conselho Consultivo de Aquacultura e desenvolver o trabalho necessário à ação eficiente dos grupos de trabalho em que esteja envolvida, nomeadamente Grupo de trabalho sobre Peixes, Grupo de Trabalho sobre Mariscos, Grupo de trabalho para Assuntos Transversais. A LPN vai ainda participar na Assembleia Geral.

Em 2019 prevê-se o foco nos seguintes temas:

- Conflitos de atividades – ordenamento do espaço marítimo;
- Lixo Marinho na Aquacultura;
- Serviços de ecossistema.

No âmbito deste trabalho propõe-se organizar um workshop/ seminário/ debate, que poderá ser em parceria com outras entidades. Os temas propostos são “Lixo Marinho e Aquacultura” e “Aquacultura e Serviços de Ecossistema”.

Pretende-se também angariar fundos para reforçar a capacidade de trabalho neste conselho consultivo, nomeadamente para obter maior capacidade em termos de recursos humanos.

Participação ativa nas ações da Plataforma de ONG portuguesas sobre a pesca (PONG-Pesca).

Pretende-se colaborar ativamente nas iniciativas da PONG-Pesca, tais como eventos públicos, elaboração de pareceres e posições relativas às políticas em debate para o mar e na co-representação desta plataforma nas iniciativas e parcerias para as quais seja solicitada. Pretende-se ter uma ação interventiva na área das pescas e do mar, no âmbito desta plataforma, inclusive ao nível das entidades europeias responsáveis pela implementação da Política comum de Pescas. Prevê-se trabalhar sobretudo nos tem

Desenvolvimento de ações que promovam um consumo e a pesca sustentáveis e angariação de financiamento

Está prevista uma aposta na angariação de financiamento para reforçar o trabalho da LPN nesta temática. Pretende-se criar recursos para sensibilização e informação da comunidade em geral mas também direcionada a agentes da cadeia de valor

Áreas Marinhas Protegidas e Ordenamento do Espaço Marítimo

Projeto “Sistemas de informação e monitorização da biodiversidade marinha das Áreas Classificadas do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina” (MARSW; POSEUR- POSEUR-03-2215-FC-000046)

O projeto MARSW está a desenvolver um sistema de informação e monitorização da biodiversidade marinha, na área marinha do PNSACV e SIC Costa Sudoeste, que permitirão

monitorizar o estado de conservação das espécies e habitats que aí ocorrem. O resultado final será um Geoportal (SIMARSW) e modelos de monitorização que serão uma base forte de informação para uma gestão e conservação adequadas e a longo prazo.

O projeto irá decorrer até 31 de janeiro de 2020.

Para 2019 estão previstos os seguintes objetivos específicos, no âmbito do projeto:

- Gestão do Projeto;
- Acompanhamento dos trabalhos de Consultoria Científica, nomeadamente:
 - Recolha e integração em base de dados da informação sobre habitats prioritários e biodiversidade marinha, na área marinha classificada do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina;
 - Desenvolvimento de um modelo de monitorização de espécies e habitats marinhos;
 - Levantamento e análise de informação para a gestão de recursos marinhos;
 - Desenvolvimento de conteúdos e ações de comunicação e informação sobre a biodiversidade marinha, conexas com o desenvolvimento e os resultados da operação, junto das comunidades, agentes e operadores locais e público em geral, incluindo a nível regional e nacional.
- Contratação da empresa para desenvolvimento de um *Geoportal*;
- Desenvolvimento do *website*;
- Desenvolvimento e publicação de *newsletters*;
- Implementação do Plano de Comunicação;
- Preparação dos materiais de comunicação e divulgação em escolas e noutros contextos
- Organização de workshops de trabalho, para integração de projetos semelhantes a decorrer noutras áreas classificadas (Arrábida e Esposende), em articulação com o ICNF;

Projeto “Sistemas de informação e monitorização da biodiversidade marinha das Áreas Classificadas da Arrábida” (INFORBIOMARES; POEUR- POEUR-03-2215-FC-000047)

O projeto INFORBIOMARES tem por objetivo organizar um sistema de informação e monitorização (SIM) que permita responder às necessidades de avaliação da conservação e medidas de gestão e ordenamento da biodiversidade na área marinha protegida do Parque Natural da Arrábida (Parque Marinho Prof. Luiz Saldanha). Este SIM será uma ferramenta de apoio à avaliação continuada do estado de conservação de espécies e habitats classificados.

O projeto irá decorrer até 31 de janeiro de 2020.

Para 2019 estão previstos os seguintes objetivos específicos, no âmbito do projeto:

- Gestão do Projeto;
- Início dos trabalhos científicos de caracterização da situação de referência, criação de base de dados para o Geoportal e do Sistema de Indicadores, levantamento de biodiversidade e experiências com vista à recuperação de habitats ameaçados;
- Contratação da empresa para desenvolvimento de um *Geoportal*;
- Desenvolvimento do *website*;
- Desenvolvimento e publicação de newsletters e outros materiais de divulgação;

- Preparação e inauguração de exposição no Museu Oceanográfico do Portinho da Arrábida);
- Criação de poitas de amarração “amigas do ambiente” no Parque Marinho.

Projeto “Make your Marine Protected Areas Work in Europe: A collaborative campaign in selected EU countries to restore marine ecosystems to a Good Environmental Status by 2020”

Este projeto irá suportar o trabalho no âmbito do acompanhamento das políticas de conservação do meio marinho e do ordenamento espaço marítimo. Este projeto visa melhorar a proteção das zonas marinhas protegidas em Portugal, nomeadamente no que se refere aos impactos das atividades de pesca, através de um trabalho de advocacy e de atividades de comunicação para o público em geral.

O projeto teve início em 1 de outubro de 2018 e é renovável anualmente por um máximo de três anos. O beneficiário principal do projecto é a Seas at Risk. Participam atualmente no projeto a LPN, a SAR e a FNE (France Nature Environment) e prevê-se que durante 2019 venham a ser integrados outros países (dependente da angariação de mais fundos).

No âmbito deste projeto prevê-se:

- *Follow up* do trabalho do Grupo de Trabalho para criação de Rede de AMP

Este grupo de trabalho funcionou entre maio de 2017 e abril de 2018, tendo criado um conjunto de conhecimentos e princípios de suporte à criação de uma rede nacional de Áreas Marinhas Protegidas. Prevê-se que haja continuação deste trabalho.

- Acompanhar a implementação das políticas de conservação e gestão sustentável do meio marinho, nomeadamente da implementação Rede Natura 2000 no mar, da Diretiva Quadro Estratégia Marinha e do Plano de Ordenamento do Espaço Marítimo.

Constitui objetivo específico de trabalho o desenvolvimento de diligências junto dos organismos do Estado, de modo a promover a implementação de medidas concretas para a gestão e monitorização das áreas marinhas já designadas e de uma rede coerente e eficaz de áreas de conservação dos ecossistemas marinhos da costa portuguesa (Rede Nacional de Áreas Marinhas Protegidas). Estas ações serão organizadas em parceria com a Seas at Risk e outras ONGA nacionais.

- Acompanhar os processos inerentes ao desenvolvimento e implementação da legislação relativa ao ordenamento do espaço marítimo, nomeadamente a do Plano de Situação para o Ordenamento do Espaço Marítimo nacional (PSOEM) que se encontra em consulta pública até 31 de janeiro (2ª versão).

- Participação no Grupo do Mar

- Organização de eventos de informação e debate para o público em geral e a articulação com outras ONGA no sentido de tornar mais eficiente a participação nos conselhos estratégicos das AMP nacionais.

Ações transversais às duas áreas temática

- Participação ativa nas ações do Movimento Oceano Livre

Este movimento surgiu em 2017 e teve origem num grupo de trabalho liderado pela Seas at Risk, em que a LPN participa desde o início. Este é um movimento ambientalista contra a mineração em mar profundo. Em 2019, a LPN irá continuar a acompanhar esta temática e a participar neste movimento.

- Participação ativa na divulgação e criação de conteúdos na área do mar

Desenvolvimento de uma página de apresentação e informação sobre o Programa Marinho, a integrar no *website* da LPN e participação ativa no desenvolvimento de conteúdos para divulgação através de diferentes meios de comunicação, como o website e a *newsletter* da LPN, em articulação com os projetos a decorrer.

Neste âmbito, será ainda dado um acompanhamento ao SEFA, na criação de cursos e *workshops* sobre temáticas relacionadas com o meio marinho.

- Desenvolvimento de projetos (Financiamento)

O desenvolvimento de candidaturas a projetos e outros meios de financiamento será novamente uma prioridade para 2019. Pretende-se assim aumentar a capacidade de ação da LPN nos assuntos do mar. Assim, serão elaboradas propostas de projetos e estabelecidas parcerias (e.g. Fauna and Flora International; Seas at Risk; Universidades e ONGA; Good Fish Foundation; Marine Stewardship Council) que possam trazer financiamento de suporte às atividades acima referidas e ao desenvolvimento dos trabalhos do ano seguinte (2020). Estão também a ser planeadas propostas que deverão ser submetidas ao Programa Mar 2020 (Fundo Europeu para as Pescas), Fundo Azul e Fundações nacionais e internacionais.

- Acompanhamento dos trabalhos da PALP;

- Acompanhamento de consultas públicas no âmbito da conservação marinha, pescas e aquacultura e ordenamento do espaço marítimo;

- Organização de workshops/ seminários no âmbito dos projetos a decorrer.

8. MELHOR REALIZAÇÃO DO DIREITO DO AMBIENTE, ODS 16



Tendo a LPN estado umbilicalmente ligada a grandes marcos no desenvolvimento do Direito do Ambiente em Portugal (da primeiras grandes lutas às primeiras grande ações) – são exemplos a campanha “Salvem o lince e a Serra da Malcata”, a criação do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e da Costa Vicentina, o nascimento do Programa Castro Verde Sustentável Castro Verde (como alternativa à eucaliptização projetada para o concelho castro-verdense e a luta judicial contra o primeiro projeto de traçado da A2, que cortaria a atual ZPE de Castro Verde ao meio) ou a luta contra a localização da Ponte Vasco da Gama, que resultou na ampliação da Reserva Natural do Estuário do Tejo.

A LPN vai desafiar a sociedade de advogados com quem trabalha há décadas para acompanhá-la na criação das bases de um verdadeiro programa jusambiental. Os casos de delitos ambientais continuam a revelar que os valores naturais são menosprezados em tribunal, nomeadamente a vida de seres vivos silvestres e os seus habitats. Os magistrados têm revelado, nos casos em que a LPN tem estado, ter pouca formação/sensibilidade para os crimes ambientais. Seria fundamental:

Objetivos específicos para 2019:

- Criar um grupo de trabalho com entidades interessadas em formação contraordenacional e em crimes ambientais, por forma a ajudá-las a instruir um processo do início ao fim, ou seja, desde o início do processo de decisão até à decisão

administrativa. A LPN, como outras ONGA, poderão celebrar protocolos com ICNF para patrocina-los em processos contraordenacionais mais complexos, prevendo até que sejam, alguns deles, impugnados judicialmente;

- As ações de formação e / ou esclarecimento junto da população e de outros (governo) sobre a utilização indiscriminada de venenos é outro tema jusambiental em que queremos fazer obra.
- Elaborar queixas ao Provedor de Justiça europeu e/ou comissão por violação de direitos liberdades e garantias dos cidadãos e/ou normas comunitárias relativas ao ambiente.
- Manter um contacto com o Centro de Estudos Judiciários (CEJ), para ministrar formação sólida em matéria ambiental aos futuros juizes de direito e aos procuradores;
- Criar uma formação certificada na área, que fosse seguida em escolas de direito.

9. COMUNICAÇÃO, PARTICIPAÇÃO E GRUPOS DE TRABALHO

O grande objetivo para 2019 é promover e conseguir o regresso da Comunicação, da Participação/Intervenção e dos Grupos de Trabalho,

Não só a aproximação aos associados, mas também as comemorações dos 70 anos, ea edição de livros, a retoma da LIBERNE, entre outras frentes.

Objetivos específicos para o ano 2019:

- A LPN vai esforçar-se por voltar a ter pelo menos um recurso humano na intervenção na defesa do ambiente, ajudando cidadãos ou organizações na denúncia de situações de delitos contra o ambiente;
- A LPN fomentará a adoção de posições comuns e de ações convergentes de mobilização em áreas críticas para a conservação, como sejam, a gestão das Áreas Protegidas, o Ordenamento do Território, o financiamento da conservação da natureza e a capacitação do estado;
- Ter um Grupo de Trabalho dedicado a propostas de gestão das Áreas Protegidas salvaguardando a defesa do património natural e consolidando as responsabilidades do Estado na sua preservação e bom estado;
- Acompanhará a discussão e definição da nova Política Agrícola Comum e do novo Programa de Desenvolvimento Rural pós-2020;
- manterá uma participação ativa na Aliança ODS-Portugal. Para além da coordenação do Grupo Partes Interessadas-ONG assumirá também o desafio da liderança do grupo de trabalho associado ao ODS15 (Proteger a Vida Terrestre), conseguindo iniciativas e projetos concretos;
- participar, de forma direta ou por representação, nestes *fora*:
 - Aliança para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável;
 - Coligação C6;
 - Conselho Consultivo para as Águas Ocidentais do Sul;
 - Conselho Económico e Social;
 - Conselho Nacional da Água;
 - Grupo de Peritos de Acompanhamento da Reforma da PAC;
 - Conselho Consultivo do BCSD;
 - Coligação Oceano Livre;
 - Confederação das Associações de Defesa do Ambiente;

- Grupos de Trabalho do European Environmental Bureau (EEB);
- Comissão Nacional de Combate à Desertificação;
- Presidência da Associação para uma Gestão Florestal Responsável (a entidade que, em Portugal, representa o FSC);
- Conselho Cienético de Castro Verde;
- Conselho Consultivo do ICNF;
- Comissão de Acompanhamento do POSEUR;
- Conselho Consultivo das Florestas;
- Conselho Técnico e Científico da Herdade da Contenda;
- ENAAC, Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas;
- ELA – Estruturas Locais de Apoio PDR 2020;
- Grupo de Trabalho Áreas Marinhas Protegidas;
- IUCN;
- Movimento Protejo;
- PACLIP - Plano de Ação do Lince-Ibérico em Portugal;
- Plataforma Sabor Livre;
- Plataforma Salvar o Tua;
- Plataforma Algarve Livre de Petróleos;
- PONG-Pesca;
- PRECOB-Programa de Recuperação do Coelho-Bravo;
- Programa Antídoto de Portugal;
- SEAS AT RISK;
- Unidade de Gestão do GAL ESDIME.

10. NÚCLEOS

A atividade dos núcleos carece de redinamização.

Objetivos específicos para 2019:

Alentejo/Évora: Redinamizar e apoiar o núcleo e as suas instalações em Évora.

Algarve: Após a demissão dos membros do Núcleo em 2016, a LPN vai em 2019 procurar dar-lhe apoio e envidar esforços na sua recuperação.

Centro: Aumento do número de membros. Com a dinamização prevista para a Quinta da Moenda em Vila Nova de Poiares, espera-se que haja impacto positivo na redinamização do Núcleo.

Norte: Refundar o núcleo, que foi bastante ativo na década de oitenta.

CEAE (Centro de Estudos e Atividades Especiais): A divulgar brevemente.

11. PROPOSTA DE ORÇAMENTO PARA 2019, ODS 8



Custos e Receitas Expectáveis (em €) - Resumo			
Custos Reais		Receitas Expectáveis	
Recursos Humanos	497 765,28	Associados	20 000,00
Sede	230 523,10	Cursos e Formações	45 060,00
Delegação Castro Verde	267 242,18	Receitas das Herdades de Castro Verde	83 580,00
Deslocações nacionais e internacionais	75 625,07	Comissão Europeia	516 123,19
Aquisição de serviços	1 599 934,81	POSEUR	889 482,47
Formadores e Monitores	5 991,85	Orçamento Participativo (CILO)	76 006,00
outras	94 117,01	Financiadores privados	339 477,48
Investimentos projetos POSEUR	1 155 462,65	Centro de Educação Ambiental do Vale Gonçalvesinho	17 436,00
investimentos projetos Castro Verde	344 363,30	Fundo Ambiental	110 000,00
Despesas Correntes	107 403,41		
Despesas Bancárias	3 900,00		
Impostos	150,00		
Manutenção de Infraestruturas	19 500,00		
Manutenção de Viaturas	8 250,00		
Quotas de Associações	1 650,00		
Seguros	10 500,00		
TOTAL	2 324 678,58	TOTAL	2 097 165,14
		SALDO	- 227 513,44